

REUNIÃO DO NÚCLEO DE CONCILIAÇÃO

ATA DE REUNIÃO

Data: 2017.04.04

Local: Sala de reunião da Direção do Foro de Porto Alegre

Presenças: Desembargador Ricardo **Martins Costa** (coordenador); Juízes **Luís Henrique** Bisso Tatsch e **Elisabete** Santos Marques; servidores **Onélio** Luiz Soares Santos (SEGJUD), **Natacha** Moraes de Oliveira (SETIC) **Márcia** Jaqueline Leal Vargas (JACEP) e **Sandro** Schiavon (SEMPRO)

Secretário: Igor Ferraz Freiburger (AGE)

Horário: 14h – 16h

O Desembargador Martins Costa abriu os trabalhos passando a palavra para Sandro, que descreveu a situação atual das obras do novo Núcleo de Conciliação do Foro de Porto Alegre. A seguir, o Desembargador Martins Costa informou que as portarias para instituir o CEJUSC já estão encaminhadas, apenas aguardam assinatura da Corregedora para publicação. Destacou informações obtidas com outros tribunais, como a experiência negativa com espaços totalmente abertos de conciliação. Os presentes debatem o uso de divisórias nas instalações do CEJUSC e os recursos disponíveis no Tribunal. Sobre a equipe que atuará no Centro, o Desembargador Martins Costa informou já ter combinado com a Presidência a participação da Adriana, hoje no CAP, mencionando também o curso para qualificação dos servidores. O Juiz Luis Henrique informou que a Escola Judicial está montando curso com 20 vagas, sendo 12 direcionadas e 8 livres. O Desembargador Martins Costa destacou que no Núcleo do Primeiro Grau será também feito o atendimento do PJe, atividade residual que tende a se extinguir, sendo desejo da Presidente que o local atue como ponto de atendimento e conciliação. Assinalou que o local será concluído até o dia 19/4, passando os presentes a debater como será feita a mudança, ficando o Desembargador encarregado de conversar com a Juíza Eny, diretora do foro de Porto Alegre, sobre os detalhes. O Juiz Luis Henrique acentuou que o prazo de 26/5 é fatal, tem que estar tudo pronto porque está agendada a inauguração do local. Debatem a necessidade de ter resultados a apresentar para a correição, que será em julho, e sobre a montagem da estrutura no Segundo Grau. O Desembargador Martins Costa disse que seu objetivo é que a sala no NC no Segundo Grau desça para o 1º andar do prédio-sede, mas isso é uma ideia para momento posterior. O Núcleo discute sobre a identificação da sala e os equipamentos de TI necessários. Onélio relatou ter falado com Denilson e Kátia, que ficaram encarregados de resolver como

será feito o tombamento dos materiais. A seguir, Onélio descreveu proposta de solução para o andamento dos processos no Segundo Grau designados para tentativa de conciliação. Informou terem buscado soluções de contorno para os andamentos no PJe porquanto o sistema não prevê tal hipótese. A proposta consistira em suspender o processo no PJe, parar a contagem de prazo e o gabinete solicitar marcação de pauta, o que seria feito pela SegJud, que também intimaria as partes de forma manual (sem uso do PJe). Havendo manifestação de pelo menos uma das partes, o gabinete pode ter acesso aos processos nessa condição, com ata impressa e assinada pelas partes que posteriormente é digitalizada e incluída no PJe. Onélio apresentou fluxograma demonstrando a proposta, que foi recebida com entusiasmo pelo Núcleo, tendo o Desembargador Martins Costa e o Juiz Luis Henrique destacado que ninguém mais no Brasil havia pensado em uma solução tão fluída e adequada para contornar as limitações dos sistemas. Os presentes debateram as limitações do PJe e a ausência de melhorias nesse aspecto nos próximos meses. Comentaram que, para o Primeiro Grau, há proposta para controlar esse fluxo criando um posto avançado como unidade no sistema. No Segundo Grau, essa possibilidade não existe. A seguir, Natacha comentou sobre aspectos técnicos, versões novas, correções e mudanças da versão 1.15, encarregando-se de verificar recursos para tentar criar o posto avançado. Destacou problemas de estatística com o e-Gestão e comentou que o sistema para conciliação online é todo para o JACEP, não inclui o Segundo Grau. O Juiz Luis Henrique e o Desembargador Martins Costa explicaram que o JACEP vai centralizar as informações, embora na forma de centro, conforme a Resolução nº 174/2016. Sobre o mecanismo pensado para o Segundo Grau, Onélio explicou que a manifestação tem de chegar até o gabinete o qual, ao ser informado, suspende o processo, avisa a SegJud, que marca, notifica e avisa o gabinete, cabendo a equipe do desembargador conduzir a audiência na sala preparada no prédio-sede. Após, é retomado o andamento normal com a digitalização dos documentos e lançamento no PJe. Onélio destacou que o e-Gestão fica alheio a tudo isso e por isso não tem estatística automatizada, devendo ser adotado procedimento de contorno também neste aspecto. Os presentes comentaram que a solução provisória proposta pelo Onélio evita problemas que hoje existem com a distribuição de processo adicional em substituição ao conciliado, o que evita obstáculo para a conciliação hoje existente no Primeiro Grau. O Desembargador Martins Costa criticou a fragmentação de sistemas, controles e informações. Natacha discorreu sobre o problema identificado no Primeiro Grau, ressaltando que a ideia de Onélio dá uma solução adequada para as limitações do sistema no Segundo Grau. Sugeriu criar um gabinete para conciliação, fora do PJE, no eJus². O grupo debateu o uso do eJus² e o do AUD como solução de contorno para controle os processos que vão conciliação.

Neste ponto, a reunião foi interrompida pelo Juiz Clocezar, que informou sobre o dissenso da Corregedoria quanto a um dos pontos da portaria. Houve debate sobre a modificação da portaria face às normas que regem o processo do trabalho e a natureza da audiência preliminar para tentativa de conciliação. Discutiram a aplicação do art. 884 da CLT e o prazo de 10 dias para juntada de documentos e defesa. Superado este assunto, Natacha informou ter apresentado o sistema de chat para conciliação e que na sexta-feira teria reunião com a JACEP para demonstrar e verificar eventuais melhorias na ferramenta. Sem mais assuntos, a reunião foi encerrada às 16h. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.
